

# O MERCANTILISTA DUARTE GOMES SOLIS: ANÁLISES E MODELOS DIRIGIDOS AO GOVERNO FILIPINO

por  
ANTÓNIO BORGES COELHO \*

## 1. Alguns dados biográficos

Duarte Gomes Solis nasceu em Lisboa em 1561 ou 1562 numa família de mercadores cristãos-novos e passou parte da infância em Medina del Campo: «lhe devo o pão com que me sustento»<sup>1</sup>.

Pouco sabemos da família paterna e materna a não ser que se aparentava com poderosas famílias cristãs-novas de mercadores. Um primo, André Faleiro, foi correspondente em Antuérpia de abastados homens de negócio de Lisboa e seguidamente um dos portugueses mais ricos de Veneza<sup>2</sup>.

Em 1 de Abril de 1585 Duarte Gomes Solis embarcou para a Índia na nau Santiago. Esta viria a perder-se no Índico, nos Baixos da Judia, em noite escura de Agosto. A nau bateu com força nos recifes e partiu-se em duas. E enquanto o porão ficava preso ao fundo, as duas cobertas, puxadas pelas velas, cavalgaram sobre as lâminas dos rochedos. «Noite tenebrosa, escreveu o nosso autor, confessando-nos uns aos outros e eu como grande pecador atento a pecados próprios

---

\* Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

<sup>1</sup> Duarte Gomes Solis, *Discursos sobre los Comercios de las dos Indias*, ed. de Moses Bensabat Amzalak, Lisboa, 1943, p. 130.

<sup>2</sup> ANTT, *Inquisição de Lisboa*, processo n.º 13 013.

e alheios, com grande espectáculo dos clamores que ouvia que como a almas separadas, com a morte diante dos olhos, declaravam coisas que atemorizavam as carnes e aos espíritos compungia, com ver-nos todos no meio do mar, batendo as ondas em nós, a impaciência de uns e a paciência de outros, só em caso semelhante descobre o coração da pessoa. O que antes disto parecia lobo, se tornou ovelha e a ovelha lobo»<sup>3</sup>.

No batel, grosseiramente reparado, haveriam de salvar-se três dias mais tarde, 57 naufragos, entre eles Duarte Gomes Solis e os irmãos Ximenes, Tomás e Gaspar, homens de negócio muito ricos mas classificados como fidalgos pelo relator do naufrágio<sup>4</sup>. Os restantes naufragos, cerca de 400 pessoas, incluídas todas as mulheres, ficaram para morrer, repelidas todas e todos à ponta da espada. Enquanto se afastavam, com a maré subindo, os sobreviventes olhavam os naufragos à espera do afogamento e da morte. Cobertos de feridas, provocadas pelas rochas alcantiladas e enraivecidas pelo sal, meio submersos, indiferentes aos sacos de moedas de prata, envolviam-se em peças de seda e de escarlata com barretes vermelhos na cabeça.

Chegou à Índia em fins de Março de 1586, depois de se arrastar, despido pelos negros, cinco meses pelo mato moçambicano. Na Índia exerceu o cargo de feitor do contrato da pimenta e de correspondente dos grandes mercadores de Lisboa, nacionais e estrangeiros, entre estes Revelasco, Fugger e Welser.

Mais tarde, acusado de irregularidades pelo vice-rei Matias de Albuquerque que lhe mandou tomar os livros, veio preso para Portugal no ano de 1591. No mar dos Açores, junto à ilha do Corvo, «me colheu o inglês na nau Madre de Deus [...] com quanta fazenda tinha»<sup>5</sup>.

Ilibado das culpas que lhe assacaram, embarcou novamente para a Índia a 6 de Abril de 1593 na nau S. Cristóvão. O navio veio a perder-se na costa de Melinde. Salvo e atingido o seu destino, exerceu novamente a sua actividade de feitor e de correspondente dos grossos mercadores lisboetas.

<sup>3</sup> *Discursos*, p. 221.

<sup>4</sup> Bernardo Gomes de Brito, *História Trágico-Marítima*, Lisboa, Edições Afrodite, 2º vol., p. 467.

<sup>5</sup> Duarte Gomes Solis, «Memória de 1621», in *Anais do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras*, vol. XXIII, tomo 1º, p. 134.

Regressou a Portugal em 1601 na nau S. Valentim. Arribaram a Moçambique, depois de alijarem ao mar fazendas riquíssimas e depois de oito dias sem comer nem beber. Já no Cabo da Boa Esperança faltaram os mantimentos e tiveram que recorrer ao que pescavam. Na falta de água doce, usavam água salgada nos guisados. Em breve começaram os passageiros e tripulantes a adoecer, primeiro os negros, depois os seus amos.

A 13 de Junho de 1602 chegaram à vista de Sesimbra. A S. Valentim é tomada por naus inglesas mesmo à vista das galés portuguesas. Apesar de desembarcar como sempre sem capa, compra em Lisboa diferentes padrões de juro no valor total de 2 315 469 réis<sup>6</sup>.

Em 1604 casa em Lisboa com Violante Mendes de Brito, filha do financeiro Heitor Mendes de Brito, a qual levou como dote a quantia de 8 000 000 réis.

Em 1612, «velho e cego», parte de Lisboa para a Corte de Madrid. Aí imprime à sua custa em 1622 os *Discursos sobre los comercios de las dos Indias, donde se tratan materias importantes de Estado, y de guerra*.

Em 1628 imprime a *Alegacion en favor de la Compañia de la India Oriental y Comercios Ultramarinos, que de nuevo se instituyó en el Reyno de Portugal*.

Morre antes de 22 de Junho de 1632.

## 2. A época

### 2.1. *Notas sobre a sociedade e a economia*

A massa populacional dos continentes na idade madura do autor dos *Discursos* não seria muito diferente dos números propostos para 1650. A África (100 milhões de pessoas) alimentava uma exportação substancial de escravos e estava ainda colada à Europa (100/103 milhões). Por sua vez, a América (8/13 milhões) teria muito que

---

<sup>6</sup> José Calvet de Magalhães, *História do Pensamento Económico em Portugal*, Coimbra, 1967, p. 151.

caminhar para o salto demográfico contemporâneo. A Ásia (250/330 milhões) sustentava a massa maior da Humanidade. A Oceania ficava-se pelos 2 milhões de pessoas.

Na Europa, números do ano 1600, a França liderava os países europeus com 18,5 milhões de habitantes, seguida da Rússia com 15,5 milhões, da Alemanha 15, da Itália 13,3, da Espanha e Portugal 11,3 e das Ilhas Britânicas 6,8 milhões.

Da muita gente dependia a força dos Estados, declaravam os mercantilistas. A monarquia ibérica, pretendidamente católica e universal e que fazia ainda a figura de maior potência mundial, estava longe de liderar a massa dos homens europeus, mesmo contando com os Países Baixos do Sul e o Sul da Itália.

Em Portugal Lisboa distanciava-se largamente das restantes cidades e vilas e aproximava-se no início do século XVII dos 120 000 habitantes. Na sua escala de grandeza ficavam Constantinopla, Nápoles, Paris, Londres, Milão, Veneza, Roma, Sevilha, Amesterdão e Palermo.

Todos os anos entravam a barra do Tejo mais de 3 000 navios, a maior parte dos quais carregados de trigo. Este cereal, um dos grandes negócios do século, não era descarregado somente no Terreiro do Trigo. Havia ainda teracenas de particulares, algumas de grande porte, como as de Pampulha e Porto Santo.

Por sua vez o termo de Lisboa, bem povoado, abastecia a cidade de trigo, cevada, vinho, azeite, hortaliças, frutas de toda a sorte e tempo, leite, nata e manteiga, cabritos, coelhos, perdizes. Só a fruta de Colares rendia um conto de réis de sisa. Fora o intenso tráfego terrestre, 150 embarcações de Castanheira do Ribatejo a Sacavém carregavam para a cidade mantimentos e mercadorias vindas dos lugares, quintas, vinhas e pomares que circundavam Lisboa.

Das coisas de vestir «não é esta cidade pior provida: porque dentro de si tem algumas como são as sedas que nela se tecem; e de Portalegre lhe vêm boníssimos panos; e de outros lugares do Reino, alguns somenos; e da Beira finíssimo lenço»<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Luís Mendes de Vasconcelos, «Diálogos do Sítio de Lisboa», in António Sérgio, *Antologia dos Economistas Portugueses. Século XVII*, Lisboa, Sá da Costa, 1975, p. 101.

No ponto de vista económico, em 1588, o reino de Portugal contribuía para as receitas da Coroa, sem contar com os tributos em espécie, com 471 882 188 réis ou seja 41% do total enquanto os territórios imperiais asseguravam 638 263 286 réis ou seja 59%. A alfândega de Lisboa contribuía com 105 000 000 de réis. A Rota do Cabo rendia 191 800 000 réis, o império atlântico 143 920 000 e o Estado da Índia 288 942 300 réis.

Trata-se de receitas do Estado e não dos particulares. Por outro lado algumas das receitas nunca chegavam ao Centro porque eram consumidas pelos governadores e capitães. Mas, desde o início do século, as receitas do reino haviam crescido 6 vezes e as da alfândega de Lisboa 10. Mesmo descontando a subida dos preços, parece registar-se um importante activar da circulação interna e externa. Por outra banda, os números do Império permitem compreender porque é que Duarte Gomes Solis tanto insiste na defesa da Índia e da Rota do Cabo, mesmo quando por «mal procedermos nas armas, muito pior nos tratos, pela sobrecarga e perda dos navios, com que surdamente entrou o comércio da Índia a empobrecer todo o reino de Portugal»<sup>8</sup>.

Duarte Gomes Solis considera que os mercadores ricos são o estado mais útil para as repúblicas. Escrevia ele em 1622: «Os homens que escreveram da nobreza, em quatro partes a repartiram. Os mais chegados à pessoa e Casa Real. Os que militam na guerra. Os homens letrados e mais cientes. E os homens ricos. E se houverem de dizer a verdade todas as três qualidades de homens, como não sejam ricos em seus negócios, não são estados seguros nem letras seguras; e pior com fianças. E os mercadores ricos em todas as partes do mundo são estimados porque são os mais úteis para a república»<sup>9</sup>.

Poderíamos diferenciar a base da pirâmide social: camponeses, ganhões, marinheiros, pescadores, regatões, artífices, homens e mulheres que trabalhavam no domicílio por conta dos mercadores, e escravos.

---

<sup>8</sup> Duarte Gomes Solis, *Alegacion en favor de la Compañia de la India Oriental*, ed. de Moses Bensabat Amzalak, Lisboa, 1955, p. 32.

<sup>9</sup> *Dircurtos*, p. 100.

## 2.2. *Guerras de religião e de comércio*

A vida de Duarte Gomes ficou marcada por guerras de religião e por guerras de comércio. Em 1580, teria o nosso autor vinte anos, uma forte convulsão social e política abalou o país: eleição do rei cristão-novo D. António Prior do Crato, a batalha de Alcântara e a subida ao trono de Filipe II com a perda da independência de Portugal e a falta de rei na cidade que se reivindicava de centro do comércio atlântico e índico.

Outros acontecimentos marcaram a vida dos portugueses: a perda do monopólio da Rota do Cabo na última década do século XVI, a abertura de uma rota paralela da pimenta ligando directamente Samatra a Veneza pelo Mar Roxo e o Cairo e principalmente o estabelecimento dos holandeses e ingleses no Índico.

Abandonaram-se as Molucas nos finais de Quinhentos. Ormuz, praça capital da seda e do comércio da Ásia central, caiu em 1622 enquanto os holandeses se estabeleciam solidamente no Pacífico e ameaçavam sem sucesso a base portuguesa de Macau.

No Brasil, depois da perda e da reconquista da Baía, os holandeses ocupavam Pernambuco quando a vida de Duarte Gomes chegava ao fim. No Oceano Atlântico prosseguia a caça aos barcos portugueses e espanhóis provenientes da Índia, do Brasil e da América Espanhola.

Estas guerras eram guerras de comércio que tinham por teatro todos os oceanos. Outras guerras intestinas e europeias de religião, a mais cruenta de todas a Guerra dos Trinta Anos, ensanguentaram a França, os Países Baixos, a Alemanha. Entretanto, no fogo das armas consolidava-se a república dos Estados Gerais de Holanda, a república burguesa dos rebeldes, o inimigo modelo de Duarte Gomes Solis.

«Que possam quatro holandeses de terras e frutos tão limitados defender-se em Flandres do maior exército que não puderam grandes impérios sustentar, com as riquezas efectivas que lhe enviaram todos os anos de Castela, tendo nela em seu favor os Estados obedientes de Flandres, e o Imperador de nossa parte, e que sobre isto tivessem ânimo os holandeses para dilatar-se tanto em armadas pelas quatro partes do Mundo e situar-se em fortalezas nas partes do Oriente do

Sul e andar sitiando nossas fortalezas do Norte e do Brasil e das Índias: este poder não se conta que tivessem os maiores monarcas que houve no Mundo»<sup>10</sup>.

### 2.3. *Um fogo interior*

Internamente, a Inquisição de Portugal intensificava a actividade repressiva atingindo fortemente os meios de negócio lisboetas e portuenses e alguns membros da própria família de Duarte Gomes. A André Faleiro, seu primo, que fugira para Hamburgo e Veneza, expropriaram os bens remanescentes em Lisboa. Simão Rodrigues Solis e Frei Henrique Solis, seus parentes: ao primeiro, acusado falsamente de profanar o Santíssimo na igreja de Santa Engrácia (fortes suspeitas caem sobre a própria Inquisição), cortaram-lhe as mãos «sacrílegas» antes de o amarrarem ao poste da fogueira e o consumirem as chamas; ao segundo, que trocara o convento e a Espanha por Amesterdão, mandará o Santo Ofício queimar em estátua.

Marcada pelos insucessos externos e o peso esmagador dos tributos, a opinião pública manifestava-se em panfletos anónimos de crítica contundente à Corte e aos validos:

«El pueblo dolente llega a recelar  
no le echen gabela sobre el respirar...

Perdieron su esfuerzo pechos españoles  
porque se sustentan de tronchos de coles...

Familias sin pan y viudas sin tocas  
esperan hambrientas y mudas sus bocas...

Qué importa mil horcas, dice alguna vez  
si es muerte más fiera hambre y desnudez?

Las plumas compradas a Dios jurarán  
que el palo es regalo y las piedras pan...»<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> *Alegacion*, p. 111.

<sup>11</sup> *Sátiras Políticas de la España Moderna*, org. de Teófanos Egito, Madrid, Alianza Editorial, 1973, p. 111.

#### 2.4. O dinheiro e a felicidade dos homens

Nos seus escritos Duarte Gomes Solis expressa concepções que hoje designamos com o nome de mercantilismo. «O dinheiro é o rei de todas as coisas», escrevia. Também Francisco de Quevedo cantava o dinheiro num poema célebre: «Poderoso caballero / es Don Dinero». «Os mercadores são os olhos da república», insistia Solis. Por sua vez, o seu contemporâneo, Antoine de Montchréstien, um dos fundadores da Economia Política, defendia que o papel dos mercadores «no corpo social é semelhante ao do cérebro no corpo do indivíduo»<sup>12</sup>.

O mercantilismo contém o primeiro ensaio de uma ciência da Economia e nessa via se integra o pensamento de Solis quando considera uma Ciência da Mercadoria. «Todas as ciências e artes liberais têm suas teorias e práticas, mas esta da mercadoria quem mais pensa que sabe dela menos tem alcançado e sabido»<sup>13</sup>.

O Homem dos Descobrimentos com as suas viagens refutava o saber antigo. «Contra Ptolomeu provou que o Índico comunicava com o Atlântico. Contra as invectivas de Santo Agostinho mostrou a existência dos Antípodas. Contra os Evangelhos revelou que a Terra era redonda e não quadrada» e que havia uma «quarta parte nova». Os Evangelhos ficavam também «como um Livro mais pequeno na medida em que não eram o Livro da grande massa da Humanidade, parte da qual, aliás, não possuía qualquer livro. Contra Platão, exaltou o saber de experiências feito, o saber do olho sensível face ao saber do olho da alma»<sup>14</sup>.

No entanto, a simples leitura dos Índices Expurgatórios faz-nos entrar na via estreitíssima da circulação legal dos livros e das ideias em Portugal. Nem João de Barros, nem Camões, nem Gil Vicente, nem Cervantes escaparam à proibição ou emenda. Apesar disso, Garcia de Orta utilizava na sua prática científica o método de confrontar o saber acumulado pelas gerações com os sinais actuais do ver-ouvir-

---

<sup>12</sup> Henri Denis, *História do Pensamento Económico* tr. port., Lisboa, Livros Horizonte, s./d., p. 104.

<sup>13</sup> *Discursos*, p. 23.

<sup>14</sup> António Borges Coelho, *Questionar a História*, Lisboa, Editorial Caminho, 1986, p. 144.

-experimentalizar. Definia o saber como «dizer o que é», distinguindo assim ser e saber.

Duarte Gomes Solis integra-se na senda experimentalista. «Convém que se favoreça a contratação e os mercadores e se tome deles o conselho porque uma coisa é ter ciência e outra coisa é ter experiência [...], porque a ciência se tem e a experiência se usa e em tanto podemos dizer que sabemos enquanto conhecemos pela experiência o efeito das causas. O princípio da ciência é a experiência e o fim dela é a verdade [...] A experiência das coisas é arte e conhecimento dos universais e os experimentados são mais idóneos e hábeis para obrar que os Letrados sem experiência»<sup>15</sup>.

O seu desprezo pelo conhecimento dos letrados de então, pelo conhecimento difundido pelos Colégios e Universidades, é visível quando compara a ociosos e a vagabundos que falam entre si a jeringonça aqueles que passam o tempo a «estudar loas»<sup>16</sup>.

### 3. O discurso da crise e da decadência do Império

A prosa de Duarte Gomes Solis não é fácil e tem desanimado os preguiçosos não tanto pela obscuridade do estilo como pela densidade de informações e de registos. No entanto e de verdade, Solis usa parágrafos muito longos. No fio de um raciocínio ou de um tema, outros temas saltam como acontece na linguagem oral. E como na linguagem oral, o discurso desemboca muitas vezes em trechos de grande força expressiva. Acresce a tudo isto que usa uma língua alheia, a castelhana.

O autor dos *Discursos* tem consciência de que fala para orelhas moucas e não com poucos riscos: «não permitirá Deus que eu cale, ainda que doa a muitos, e eu perca a minha quietude, e o meu próprio sangue me acuse e condene, como fez. Se dando vozes por este e pelos mais papéis que tenho escrito e vou escrevendo não aproveitar, dá-las-ei pelas praças e pelos campos, pedindo a Deus misericórdia pelas coisas de minha pátria como outro Catão em Roma»<sup>17</sup>.

<sup>15</sup> *Discursos*, p. 131.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 130.

<sup>17</sup> *Alegacion*, p. 103.

### 3.1. *Diagnóstico da «Miserável Ruína»*

No início os portugueses rodearam o Mundo todo com poucas embarcações e poucos soldados e chegaram à Índia. Tomaram refresco em portos e cidades sem haver em tantos mares quem os pudesse ofender. E chegados a Calecute onde estavam tantos mouros poderosos e ricos pelas navegações, que eram os únicos que sulcavam aqueles mares «com polícia de navegação e comércio e com as armas necessárias para assegurar suas viagens, tê-los vencido em seus próprios portos e em tão pequenas embarcações e pouco número de soldados, contra a multidão de suas gentes e naves, à vista de suas fortalezas, chegando a elas tão cansados de largas viagens, foi a maior façanha que jamais pôde contar-se de nação alguma»<sup>18</sup>.

Nos tempos do rei D. Manuel, o Venturoso, todo o comércio, rei e reino prosperaram. E não ousava toda uma armada de França atacar uma nau como a Cagafogo que o infante D. Luís comandou na jornada de Túnis em apoio de Carlos V.

Depois, e no seguimento da união de Portugal com Castela, as coisas mudaram. Surgiram os inimigos de Espanha, agora também de Portugal, a assaltar os navios e armadas. Alteraram-se as formas das embarcações, armaram-se «naus como Babilónias» mas grandes e defeituosas e desapareceu a boaventura que as pequenas naus em seus princípios tiveram.

Referindo-se expressamente à crise ibérica dos anos 20 e 30 do século XVII, Duarte Gomes Solis usa os termos «decomposição» e «miserável ruína». A rebelião da Holanda provava que «as forças da contratação são maiores que o poder das armas»<sup>19</sup>.

A crise da monarquia ibérica revelava-se na situação aflitiva do património real, empenhadíssimo, «devedor em todas as rendas» enquanto os particulares que sugavam esse património gastavam mais do que podiam.

E no entanto, vieram «mais dinheiros de prata e oiro das Índias do que tiveram todos os reis de Espanha desde o tempo do rei Pelágio

---

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 136.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 58.

até ao imperador Carlos V»<sup>20</sup>. Só num ano chegaram a Sevilha 25 milhões de ouro. Apesar disso Carlos V quebrou em 1554 e Filipe II em 1560, 1575 e 1596 até que «se acabou o crédito e não há memória de um cerro tão rico em prata como o de Potosi»<sup>21</sup>.

As Casas Grandes e Titulares estavam endividadas e pobres com opressão dos lavradores seus vassalos. Os morgados gastavam mais do que podiam e estavam empenhadíssimos que não havia dinheiro que chegasse «para a multidão dos juros».

Não se desenvolviam as artes mecânicas, indispensáveis para o desenvolvimento das cidades. E com a falta de cultivo dos campos — e tão fértil era, por exemplo, Castela a Velha — e com os tributos pesadíssimos, faltava gente. Isto para não falar da fuga de homens e de capitais que alimentava as forças dos inimigos e enfraquecia as forças ibéricas.

Em suma, o reino de Portugal estava pobre. E com reino pobre, por mais tesouros que o rei tenha, não pode ser rico. Por tudo isto, era tal a pobreza do património real que, «de muitos anos a esta parte nem a Ribeira o parece nem os Armazéns o são» porque partida a armada para a Índia ficava tudo varrido.

### 3.2. «Colónia» de Castela

Duarte Gomes Solis não se fica pelo diagnóstico, avança com causas para a crise em que particularmente Portugal está mergulhado, causas tais como as via a «razão política».

Uma delas era a união da coroa de Portugal com a coroa de Castela. Esta união deu azo a que os príncipes vizinhos, por mais amigos e parentes que fossem, se receassem de ver os Filipes tão poderosos. Assim, primeiro os franceses, depois os ingleses favoreceram o Prior do Crato que chegou a vir sobre Lisboa com uma esquadra armada pela rainha de Inglaterra.

Assim aos inimigos próprios, Portugal herdou os inimigos de Espanha. E na Europa, no Atlântico, no Índico e no Pacífico, os

---

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 96.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 78.

holandeses, ingleses, mouriscos congregavam-se contra os comércios e armadas portuguesas. E a guerra de corso, movida pelos inimigos, proporcionava simultaneamente a quebra das forças portuguesas e filipinas e o aumento das armas rebeldes pelas presas riquíssimas que lhes serviam, com pouco custo, para armar as suas esquadras e as suas Companhias. Só no ano de 1601, na tomada da nau da China de Sebastião Serrão e no aprisionamento da nau Santiago na ilha de Santa Helena, colheram os holandeses três milhões de ouro com que armaram as suas Companhias.

Esta união política não teve em conta a animosidade que existia «nos corações destas duas nações» «em razão das guerras passadas», tanto mais que os meninos de Portugal se haviam criado «com a opinião de Lusitanos»<sup>22</sup>. E como Castela gastava mais do que aquilo que tinha e como os monarcas filipinos mais ofenderam que favoreceram os comércios de Portugal, este reino se vai tornando «colónia» de Castela como a Índia o era de Portugal<sup>23</sup>.

### 3.3. A falta de «bom governo político»

Mas o núcleo central das causas da crise geral prendia-se com a falta, nas palavras de Duarte Gomes Solis, de um «bom governo político».

Esta falta vinha de longe, do tempo dos reis portugueses de gloriosa memória. Eram reis mercadores mas «em sê-lo sem conta nem peso nem medida não acertaram porque o primeiro e principal ponto do mercador é livro de caixa, que na Casa da Índia havia de haver, para saber se se ganhava ou perdia neste comércio, por ser tão grande»<sup>24</sup>.

Mas o bom governo político tinha a ver com quem dirigia a política, em especial a política económica. Ora Portugal não teve «ministro que soubesse entender os pontos de mercadoria» nem mereceu ter um ministro «de tal maneira inteligente que soubesse

---

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 109.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 34.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 42.

arrendar os contratos», de modo que «andando a Fazenda Real em mão de governadores e dos mais ministros pouco inteligentes se foi empenhando o reino e a não pertencer ao rei coisa equivalente aos gastos que lhe pertenciam»<sup>25</sup>.

E porquê? Porque aos homens de negócios se preferiram os que se presumiam de mais limpos; porque às virtudes e qualidades das pessoas indicadas para os cargos se sobrepueram os privilégios e foros de fidalguia. Ora, quando mais se presumem de limpos, tanto mais prejudiciais os ministros que não sabem de negócios gerais na administração da guerra e da fazenda», negócios que requerem «valor de ânimo e experiência de exercício de haver visto muitas terras muitas gentes de quem se haja fiado e enganado, tudo o qual a experiência com demonstração o aprova»<sup>26</sup>.

Os letrados formados pelas Universidades, os doutores em ambos os direitos, não estavam preparados para as funções de ministros, ao menos em matéria económica. «Ajudara muito, escreve, que Sua Majestade se servira de letrados que mais notícia tiveram com propriedade de saber a Mercadoria Superior e a Arismética porque são poucos os negócios em que se não tenha necessidade desta ciência que tem diferentes pontos de todas as demais; porque depende da ocorrência dos tempos com prudenciais circunstâncias; porque o letrado que não souber muito de mercador não poderá ser bom juiz de tantas coisas como nos negócios de Castela e de Portugal se oferecem»<sup>27</sup>.

Em suma, «na eleição dos ministros consistiu todo o dano, que agora ambas [as coroas] se sentem tão oprimidas com as armas dos rebeldes»<sup>28</sup>.

E tudo porque se pretende travar o passo aos mercadores no acesso à honra, à promoção social e à liderança política. Não é «caso estranhíssimo que mereça em Portugal um piloto um hábito de Cristo por fazer bem seu ofício, em que vai interessado com

---

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 43.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 79.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 79.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 124.

sua vida e fazenda, e que não tenha merecido esta honra quem antecipa e empresta dinheiro para que se acabe de aprestar toda uma armada»?<sup>29</sup>

#### 4. Remédios e modelos

##### 4.1. Favor aos Mercadores

Os remédios e os modelos estão intimamente ligados ao diagnóstico e às razões ou causas da crise geral.

Sendo a causa principal ou pelo menos a mais sentida a falta de um bom governo político, devida, no essencial, à má vontade e ao afastamento dos homens de negócio portugueses da administração e do governo do Estado, as medidas propostas desembocam, antes de mais, na necessidade de favorecer os homens da contratação e numa política que favoreça o crédito, as artes mecânicas e a agricultura.

«É razão política e mui tratada entre mercadores que melhor é fiar-se os negócios da mercadoria dos homens desta qualidade, de entendimento alcançado por experiência, que o rei não pode dar, que não dos homens que, com sua firma real, pode fazer grandes e titulares»<sup>30</sup>.

O rei não sabe, por isso não dá experiência. Pode criar grandes e titulares. Para tanto, basta-lhe uma assinatura. Mas quanto ao comércio, só os mercadores conhecem as suas manhas.

«Se o rei é mercador, convém que a Fazenda Real seja administrada por mercadores». Ou noutro passo: «Convinha que houvesse ciência de regras universais para que os espanhóis, em todos os seus tratos, a soubessem melhor manejar na prática»<sup>31</sup>. É pelo menos esta a opinião política dos mercadores.

Favorecer os homens de negócio significava dar seguimento a uma política económica que desenvolvesse as suas organizações autónomas

---

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 67.

<sup>30</sup> Discursos, p. 95.

<sup>31</sup> *Alegacion*, p. 125.

e de uma maneira geral o comércio. Nesta linha de ideias propunha a criação de Bolsas de mercadores do tipo das de Antuérpia e de Nápoles; o estabelecimento de grandes feiras, designadamente em Sevilha, Granada, Portugal, Valência, Aragão e Catalunha que eram reinos ricos. E assim «não haveria dinheiros ociosos».

E que se favorecessem os bancos. Logo que o povo cobre «boa opinião de ter seguro o seu dinheiro nos bancos, não haverá sapa-teiro velho que não se tenha por melhor negociado em ter seu dinheiro no banco que em sua casa»<sup>32</sup>.

E que se instituísse «Universidade de Mercadores para que os ministros da Fazenda Real o soubessem ser com as traças e cautelas e a sagacidade de mercador, para ser rico todo o seu património real e todo o reino, por caminhos lícitos»<sup>33</sup>.

No entanto e apesar de um dos seus escritos se intitular *Alegacion en favor de la Compañia de la India Oriental*, Duarte Gomes Solis não parece entusiasmado com a criação de uma companhia em Lisboa no estilo das Companhias por acções dos ingleses e dos holandeses.

Por princípio e pelo título da sua obra, não é contra a formação de companhias como a que se criava em Lisboa no próprio ano em que imprimia a sua obra. Mas, na prática e no caso concreto de Portugal, «as pessoas que mais presumem saber» das coisas do Estado da Índia «não aprovam a Companhia, pelo menos enquanto os rebeldes forem tão senhores daqueles mares». Mas uma das razões fundamentais que levavam os que mais presumiam saber a contrariar a Companhia assentava nas contradições sociais e políticas dos portugueses. «O formar Companhia é uma junta de pessoas iguais, unidas e conformes [...] em que a Nação Portuguesa não está bem acreditada na união». E sabendo-se que na Companhia está interessado o rei e a principal fidalguia de Portugal, é de prever que «a emulação e inveja entremeta pessoas poderosas, quebrando assim a inteireza e união da Companhia»<sup>34</sup>.

---

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 83.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 118.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 19.

Duarte Gomes queixava-se também de que os «dinheiros são poucos». Mas porque seria que muitos dos financeiros cristãos-novos se tornaram accionistas das Companhias Holandesas e não subscreveram o capital da Companhia Portuguesa? Creio que, além da falta de igualdade e de união, também eram poucas as perspectivas de lucro. Senão, que aliciante poderia trazer para os capitais portugueses uma Companhia onde o benefício máximo oferecido era de 4% quando a Companhia Holandesa das Índias Orientais chegou a pagar 50% e até 75% do capital investido?

Bem mais que a favor da Companhia Portuguesa da Índia Oriental, Duarte Gomes Solis alega a favor dos homens de negócio e da contratação e em defesa do comércio e do poder marítimo dos portugueses na Índia.

#### 4.2. *O inimigo modelo*

Para os autores portugueses do século XVI, a China constituía o modelo por excelência de bom governo. Duarte Gomes mantém a China como o modelo utópico: «É hoje a China a mais célebre e famosa província de todo o universo», porque «nenhuma nação se poderá achar que, com melhor estudo, cuide e maneje o governo das repúblicas nem que, com maior juízo, distribua os prémios e os castigos»<sup>35</sup>. E sem minas de prata nem carneiros, unicamente pelos seus labores e artes mecânicas, conseguiu tornar-se no centro da prata do Mundo»<sup>36</sup>. Por isso os chineses se atrevem a dizer que «todas as nações do Mundo não têm mais que um olho, e eles dois».

Duarte Gomes também não regateia elogios à reformada Isabel de Inglaterra pela grande estima que devotava aos seus mercadores nem tão pouco a Henrique IV de França porque «vendo o seu reino falto de moeda mandou que se lavrassem telas e viessem artífices estrangeiros tornar destros os nacionais»<sup>37</sup>.

---

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 59.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 36.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 39.

Também o Brasil lhe surge como terra de promessa, pois que «reino ou província haverá, em todo o orbe, de que se possam sacar maiores riquezas e mais seguras»<sup>38</sup>?

Mas o modelo primeiro, sempre presente nas comparações do autor dos *Discursos*, é o inimigo modelo, são os rebeldes dos Estados de Holanda e a cidade de Amsterdão porque «têm posto em ciência a mercadoria, a navegação e a guerra»<sup>39</sup>.

Em Amsterdão comunicam os holandeses suas imunidades até com os inimigos. Admitem todas as nações e permitem-lhes a liberdade de consciência e o gozo de todos os seus privilégios.

Destros marinheiros, destros no jogo da artilharia que, a seu modo, também tem a ciência da Aritmética, os holandeses fizeram-se senhores do crédito que foi a maior guerra que se pôde fazer aos castelhanos<sup>40</sup>.

Certamente os holandeses não teriam podido sustentar-se sem as riquíssimas presas da coroa de Portugal nem sem elas se lhes levantara o ânimo para armar as suas Companhias.

Duarte Gomes Solis, como a classe dos contratadores, inveja o modelo político do inimigo modelo: «parece que Holanda, à imitação dos Romanos, aspira ao império do Mundo, que neles será mais seguro e duradouro. Porque o dos Romanos, como tinha cabeça, que eram os seus imperadores, pôde variar com os acidentes e mudanças de seu governo e com a sua morte, o que não pode suceder a estas Companhias [...]. Puseram em prática e em ciência a navegação, comércio e guerra em ódio da monarquia de Espanha»<sup>41</sup>.

Não admira, pois, que muitos dos maiores contratadores trocassem a pátria portuguesa onde eram segregados e perseguidos por Amsterdão, a nova Jerusalém.

---

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 197.

<sup>39</sup> *Ibidem*, p. 44.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 97.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 17.

## 5. À guisa de conclusão

Duarte Gomes Solis revela-se ao longo dos seus escritos um esclarecido mercador da Mercadoria Superior e um esclarecido mercantilista que não teme confrontar-se com os mais reputados mercantilistas europeus seus contemporâneos.

O ouro e a prata são «os deuses deste Mundo» porque com eles se acha o que se quer e se houvesse minas de prata às portas do inferno aí a iriam buscar.

Mas para reter o ouro e a prata não bastava ser dono das minas nem tão pouco procurar retê-la com leis emanadas do poder político. A China não possuía prata e tornara-se o centro da prata do Mundo. Por outro lado, mesmo que o rei seja senhor das minas e tente «prender» a prata com leis positivas impondo-lhes um preço determinado, as leis naturais do mercado, as leis naturais que regem a contratação e o comércio soltam não só o preço da prata prisioneira como a própria prata que se escapa para os senhores do crédito.

Além de moeda, a prata e o ouro são mercadorias. E embora a prata constitua o fruto mais rico e menos corruptível, o fruto mais proveitoso que retinha a prata provinha da cultura das terras e do exercício das artes mecânicas.

Para Duarte Gomes a verdade é o fim da ciência e «a primeira lei da História». E sabemos quando conhecemos pela experiência os efeitos das causas. Mas não se trata da só experiência mas da «experiência com demonstração»<sup>42</sup>. O conhecimento científico encaideia as coisas em relações de causa e efeito porque a Natureza tem o seu curso regulado por leis. Na própria vida económica existem leis que estilhaçam as leis positivas impostas pelo governo dos homens. Daí a sua oposição frontal às pragmáticas. Não impedem a entrada de mercadorias que passam a vender-se mais caras e piores por baixo da capa. O exemplo mais espectacular estava na lei que proibia a entrada de mercadorias holandesas. Continuavam a entrar debaixo da capa, só que agora não pagavam direitos. Por aqui se via quanto

---

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 79.

mais poderosas eram as coisas do comércio que as coisas do governo civil político.

Se o Governo não pode contradizer frontalmente as leis do mercado, Duarte Gomes Solis tem plena consciência de que o controlo político do Estado por parte daqueles que conhecem as leis do comércio e da contratação é decisivo para uma política económica consequente. O desenvolvimento económico, como diríamos hoje, tem a ver com quem dirige a política, com quem sabe dirigir a política.

As leis promulgadas pelos homens são incapazes de cortar o curso das coisas, de travar as leis económicas. Mas tal como se fazem leis inúteis contra as leis do mercado, é possível e necessário fazer leis que desenvolvam esse mesmo mercado. Daí que Duarte Gomes insista na necessidade de um bom governo político, na escolha de ministros mercadores, no favor e honra que se devem aos mercadores. O político era, pois, decisivo para o desenvolvimento económico.

Nada sabemos do corpo e da figura deste homem que, por sua pátria, se dispõe a gritar nas ruas e nas praças como Catão. Mas talvez possamos espalhar as tintas que definam um mercador da Mercadoria Superior vestido de cavaleiro fidalgo da casa del-rei: vestes negras e golas brancas como as dos homens de «O enterro do Conde de Orgaz» ou melhor de «A Morte de São Boaventura» de Zurbarán.